

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2013
CIRCULANTE	75	321	CIRCULANTE	52	74
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	71	10	Outras Obrigações	52	74
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9e)	1	1			
Créditos Tributários (Nota 9c)	3	310			
NÃO CIRCULANTE	1.137	859	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.160	1.106
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.137	859	Capital Social	3.250	3.150
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9e)	2	55	Prejuízos Acumulados	(2.090)	(2.044)
Créditos Tributários (Nota 9c)	1.135	804			
TOTAL	1.212	1.180	TOTAL	1.212	1.180

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
RECEITAS OPERACIONAIS	18	13
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 7)	7	5
Outras Receitas	11	8
DESPESAS OPERACIONAIS	88	111
Despesas Tributárias	1	3
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 8)	87	108
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(70)	(98)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 9a)	24	33
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(46)	(65)
Número de ações	7.433	6.815
Prejuízo por ação em R\$	(6,19)	(9,54)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(70)	(98)
Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos Impostos	(2)	(2)
Juros, Variações Monetárias	(2)	(2)
Prejuízo Ajustado	(72)	(100)
Redução em Outros Ativos	55	1
Redução em Outras Obrigações	(22)	(6)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(39)	(105)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Integralização de Capital Social	100	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	100	-
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	61	(105)
Início do Exercício	10	115
Fim do Exercício	71	10
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	61	(105)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2012	3.150	(1.979)	1.171
Prejuízo do Exercício	-	(65)	(65)
Saldos em 31.12.2013	3.150	(2.044)	1.106
Integralização de Capital Social	100	-	100
Prejuízo do Exercício	-	(46)	(46)
Saldos em 31.12.2014	3.250	(2.090)	1.160

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2014	%	2013	%
1 - RECEITAS	11	15,9	8	8,7
1.1) Outras Recetas	11	15,9	8	8,7
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(87)	(126,0)	(104)	(114,5)
Serviços de Terceiros	(11)	(15,9)	(13)	(18,0)
Editais e Publicações	(65)	(94,2)	(80)	(84,0)
Outros	(11)	(15,9)	(11)	12,1
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2)	(76)	110,1	(96)	105,8
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(76)	110,1	(96)	105,8
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	7	(10,1)	5	(5,8)
Receitas Financeiras Líquidas	7	(10,1)	5	(5,8)
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	(69)	100,0	(91)	100,0
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	(69)	100,0	(91)	100,0
7.1) Impostos, Taxas e Contribuições	(23)	33,3	(26)	28,9
Federais	(23)	33,3	(26)	28,9
7.2) Remuneração de Capitais Próprios	(46)	66,7	(65)	71,1
Prejuízo do Exercício	(46)	66,7	(65)	71,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Prejuízo do Exercício	(46)	(65)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente	(46)	(65)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil, contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2015.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.5) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.6) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.7) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.8) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos Cocos estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional (1)	3	7
Fundos de investimentos financeiros (2)	68	3
Total de caixa e equivalentes de caixa	71	10

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição do capital social em ações

O capital social é de R\$ 3.250, está totalmente subscrito e integralizado e é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo o valor por ação de R\$ 437,24.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias	7.433	6.815
Total	7.433	6.815

Em Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada cumulativamente em 25 de abril de 2014, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 100, elevando-o de R\$ 3.150 para R\$ 3.250, com a emissão de 618 (seiscentas e dezoito) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, de acordo com o disposto no Inciso II do Parágrafo Primeiro do Artigo 170 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passa a ser a seguinte: "O Capital Social é de R\$ 3.250 (três mil e duzentos e cinquenta mil reais), dividido em 7.433 (sete mil, quatrocentas e trinta e três) ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal".

7) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	5	3
Juros ativos	2	2
Total	7	5

8) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Serviços de terceiros	11	13
Editais e publicações	65	80
Contribuição sindical patronal	-	4
Outras gerais e administrativas	11	11
Total	87	108

9) DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DOS ENCARGOS COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (Imposto de renda e contribuição social)	(70)	(98)
Encargos total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	24	33
Imposto de renda e contribuição social do exercício	24	33

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos correntes: Imposto de renda e contribuição social devidos	-	-
Impostos diferidos: Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(7)	(3)
Constituição no exercício, sobre prejuízo e base negativa	31	36
Imposto de renda e contribuição social do exercício	24	33

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	918	-	-	918
Outras provisões	25	18	25	168
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	943	18	25	936
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	171	31	-	202
Total dos créditos tributários	1.114	49	25	1.138

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro				
	Imposto de renda	Contribuição social	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
2015	13	5	-	-	18
2016	-	-	66	24	90
2017	-	-	70	25	95
2018	224	82	13	4	323
2019	450	162	-	-	612
Total	687	249	149	53	1.138

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Com relação aos créditos tributários sobre diferenças temporárias, a Companhia vem tomando ações para o enquadramento fiscal, conforme Lei nº 9.430/96 e geração de lucros tributários futuros.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 3 (2013 - R\$ 56).

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

10) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2014		Em 31 de dezembro 2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Banco:				
Banco Bradesco S.A.	3	-	7	-

11) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.
b) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.
c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à

Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a) a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- b) a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

d) Em 1º de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 1º de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

e) Não há outros eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de abril de 2015


KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Ouvidoria Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade total e transparência, com um canal direto de comunicação com a sociedade.

www.imprensaoficial.com.br

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ALVORADA CIA SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS	6
ANDORRA HOLDINGS S.A.	14
CIA SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI	4
FERRARA PARTICIPACOES S.A.	8
MIRAMAR HOLDINGS S.A.	12
PROMOSEC CIA SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS	10
STVD HOLDINGS S.A.	2


Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 125 • Número 79
São Paulo, quinta-feira, 30 de abril de 2015

Página 11

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2014	2013		2014	2013
ATIVO			CIRCULANTE	52	74
CIRCULANTE	75	321	CIRCULANTE	52	74
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	71	10	Outras Obrigações		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9e)	1	1			
Créditos Tributários (Nota 9c)	3	310			
NÃO CIRCULANTE	1.137	859	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.160	1.106
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.137	859	Capital Social	3.250	3.150
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9e)	2	55	Prejuízos Acumulados	(2.090)	(2.044)
Créditos Tributários (Nota 9c)	1.135	804			
TOTAL	1.212	1.180	TOTAL	1.212	1.180

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
	2014	2013				
RECEITAS OPERACIONAIS	18	13	Saldos em 31.12.2012	3.150	(1.979)	1.171
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 7)	7	5	Prejuízo do Exercício	-	(65)	(65)
Outras Receitas	11	8	Saldos em 31.12.2013	3.150	(2.044)	1.106
DESPESAS OPERACIONAIS	88	111	Integralização de Capital Social	100	-	100
Despesas Tributárias	1	3	Prejuízo do Exercício	-	(46)	(46)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 8)	87	108	Saldos em 31.12.2014	3.250	(2.090)	1.160
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(70)	(98)				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 9a)	24	33				
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(46)	(65)				
Número de ações	7.433	6.815				
Prejuízo por ação em R\$	(6,19)	(9,54)				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2014	2013	2014	2013			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			1 - RECEITAS	11	15,9	8	8,7
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(70)	(98)	1.1) Outras Receitas	11	15,9	8	8,7
Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos Impostos	(2)	(2)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(87)	(126,0)	(104)	(114,5)
Juros, Variações Monetárias	(2)	(2)	Serviços de Terceiros	(11)	(15,9)	(13)	(18,0)
Prejuízo Ajustado	(72)	(100)	Editais e Publicações	(65)	(94,2)	(80)	(84,0)
Redução em Outros Ativos	55	1	Outros	(11)	(15,9)	(11)	(12,1)
Redução em Outras Obrigações	(22)	(6)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2)	(76)	110,1	(96)	105,8
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(39)	(105)	4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(76)	110,1	(96)	105,8
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	7	(10,1)	5	(5,8)
Integralização de Capital Social	100	-	Receitas Financeiras Líquidas	7	(10,1)	5	(5,8)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	100	-	6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	(69)	100,0	(91)	100,0
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	61	(105)	7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	(69)	100,0	(91)	100,0
Início do Exercício	10	115	7.1) Impostos, Taxas e Contribuições	(23)	33,3	(26)	28,9
Fim do Exercício	71	10	Federais	(23)	33,3	(26)	28,9
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	61	(105)	7.2) Remuneração de Capitais Próprios	(46)	66,7	(65)	71,1
			Prejuízo do Exercício	(46)	66,7	(65)	71,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2014	2013			
Prejuízo do Exercício	(46)	(65)			
Outros Resultados Abrangentes	-	-			
Total do Resultado Abrangente	(46)	(65)			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil, contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2015.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.5) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.6) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.7) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.8) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos Cocos estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional (1)	3	7
Fundos de investimentos financeiros (2)	68	3
Total de caixa e equivalentes de caixa	71	10

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Osasco, 29 de abril de 2015

Marco Antonio Pontieri

Contador CRC 1SP153569/O-0